

Demonstrações Contábeis

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Building a better
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', is written over a light grey circular stamp or watermark.

Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC-1SP214160/O-5

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.746	6.254
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		2.840	2.962
Ativo contratual da concessão	5	22.368	23.290
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		201	211
Outros tributos compensáveis		77	77
Outros ativos		786	595
		28.018	33.389
Ativo não circulante			
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		286	284
Ativo contratual da concessão	5	85.635	81.597
Outros ativos		2.977	5.172
Imobilizado		153	47
Intangível		4	23
		89.055	87.123
Total do ativo		117.073	120.512

	Nota	2019	2018
Passivo circulante			
Arrendamento mercantil		36	-
Fornecedores		294	29
Imposto de renda e contribuição social a pagar		224	387
Outros tributos a pagar		449	421
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	7	1.522	1.104
Outros passivos		1.506	354
		4.031	2.295
Passivo não circulante			
Arrendamento mercantil		79	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	3.643	3.360
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	7	5.732	7.044
		9.454	10.404
Patrimônio líquido			
Capital social	9	83.744	83.744
Reservas de lucro	9	12.573	11.407
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	9	7.271	12.662
		103.588	107.813
Total do passivo e patrimônio líquido		117.073	120.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	11	29.606	24.658
Custo dos serviços prestados			
Pessoal		(1.814)	(1.579)
Material e serviços de terceiros		(3.114)	(461)
Outros		(37)	70
Lucro bruto		24.641	22.688
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Pessoal e administradores		(182)	(333)
Material e serviços de terceiros		(128)	(193)
Depreciação e amortização		(54)	(37)
Outras		(78)	(66)
		(442)	(629)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		24.199	22.059
Receitas financeiras	12	509	628
Despesas financeiras	12	(132)	(82)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		24.576	22.605
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(1.036)	(1.026)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 e 13	(97)	14
Lucro líquido do exercício		23.443	21.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	23.443	21.593
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>23.443</u>	<u>21.593</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		
Saldo em 31 de dezembro de 2017		93.744	6.098	4.223	8.403	-	112.468
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018		-	-	-	-	6	6
Constituição da reserva de retenção de lucros, Adoção CPC 47		-	-	6	-	(6)	-
Redução de capital		(10.000)	-	-	-	-	(10.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	21.593	21.593
Destinação proposta à AGO:							
Reserva legal		-	1.080	-	-	(1.080)	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(8.403)	-	(8.403)
Dividendos intermediários		-	-	-	-	(7.851)	(7.851)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	12.662	(12.662)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		83.744	7.178	4.229	12.662	-	107.813
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	23.443	23.443
Destinação proposta à AGO:							
Reserva legal		-	1.172	-	-	(1.172)	-
Pagamento de dividendos intermediários		-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos		-	-	(6)	-	-	(6)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	7.271	(7.271)	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(12.662)	-	(12.662)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9	83.744	8.350	4.223	7.271	-	103.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	24.576	22.605
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	54	37
Juros e variação monetária	124	78
Reversão de provisão para contingências	-	(106)
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(1.312)	-
Outros itens	195	-
	23.637	22.614
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	31	-
Ativo contratual da concessão	(3.116)	-
Impostos a recuperar	10	539
Outros ativos	2.004	207
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	265	(28)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(188)	(1.459)
Outros passivos	1.351	(45)
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(797)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	23.197	21.828
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	-	(8)
Aplicações no intangível	(4)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimentos	(4)	(8)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Redução de capital	-	(10.000)
Pagamentos de dividendos	(27.668)	(16.254)
Pagamento de arrendamento mercantil	(33)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamentos	(27.701)	(26.254)
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.508)	(4.434)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6.254	10.688
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.746	6.254
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.508)	(4.434)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica (“LUMI”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 14 de outubro de 2003 e tem como objeto social implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala F - São Paulo - SP.

A LUMI possui o direito de explorar diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão						
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Ciclo do degrau
007/2004	30	2034	29.910	IGPM	out/07	2022-2023

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da LUMI entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na Nota Explicativa “Ativo contratual da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2020.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da LUMI. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Determinação dos serviços de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços e margem suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção.

Durante o exercício de 2019, a Companhia aprimorou as suas estimativas e, conseqüentemente, mensuração do fluxo de caixa para registro do Ativo Contratual. O efeito do aprimoramento no processo de estimativa de tais fluxos de caixa no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$11.758

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias) pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto de 11%; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da LUMI revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a LUMI não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.4. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a LUMI possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.6.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Arrendamentos

A LUMI avalia, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a LUMI reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Tributação

3.8.1. Tributos sobre a receita

As receitas da LUMI estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%;

3.8.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da LUMI são calculados pelo regime do lucro presumido.

Diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.9. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Reconhecimento da receita--Continuação

3.9.1. Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se a serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo ao projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.9.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.9.3. Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Reconhecimento da receita--Continuação

3.9.4. Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis:

- ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro;
- CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;
- CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos.
- CPC 06 (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil; CPC 06 (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil - Como resultado da aplicação inicial dessa norma, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu em 1 de janeiro de 2019 R\$ 136 de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 26 de amortização e R\$ 36 de juros e correção monetária destes arrendamentos.

3.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da LUMI, estão descritas a seguir. A LUMI pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios
- Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material
- Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	85	69
Aplicações financeiras	1.661	6.185
Total caixa e equivalentes	<u>1.746</u>	<u>6.254</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas em média 90,00% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2019 (99,81% em 31 de dezembro de 2018).

5. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da LUMI é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, a partir da data de disponibilização para operação das linhas de transmissão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>99.123</u>
Adoção CPC 47	7.309
Receita de operação e manutenção	4.345
Remuneração do ativo contratual da concessão	22.339
Realização do ativo contratual (recebimento)	(28.229)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>104.887</u>
Receita de operação e manutenção	13.221
Remuneração do ativo contratual da concessão	15.505
Receita de implantação de infraestrutura	3.271
Realização do ativo contratual (recebimento)	(28.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>108.003</u>
Ativo contratual da concessão - circulante	22.368
Ativo contratual da concessão - não circulante	85.635
Total circulante e não circulante	<u>108.003</u>

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Ativo contratual da concessão--Continuação

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A LUMI considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - Contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.099
Imposto diferido reconhecido no resultado	(14)
Reclassificação de impostos correntes	275
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>3.360</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	97
Reclassificação de impostos correntes	186
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>3.643</u></u>

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PIS e COFINS diferidos	3.982	3.866
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	2.836	3.018
Pesquisa e desenvolvimento - P&D diferido	-	818
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	436	446
	<u>7.254</u>	<u>8.148</u>
Passivo circulante	1.522	1.104
Passivo não circulante	5.732	7.044

8. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possui demandas judiciais e administrativas classificados como probabilidade de perda “provável”, por isso, não contabilizou qualquer provisão. Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificadas como “possível” têm valor estimado de R\$126 referente a 2 processos de natureza trabalhista e 1 processo tributário (R\$90 em 31 de dezembro de 2018 e referem-se a 1 processo tributário).

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$83.744, representado por 72.012.095 ações ordinárias, sem valor nominal.

	<u>Quantidade de ações</u>		
	<u>Integralizadas</u>	<u>% do capital</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Votante</u>	<u>Total</u>
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	57.609.676	80,00%	80,00%
Alupar Investimento S.A.	10.801.280	15,00%	15,00%
Auto Invest Inspeções Técnicas de Veículos Ltda.	3.601.139	5,00%	5,00%
	<u>72.012.095</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Patrimônio líquido--Continuação

9.2. Reservas de lucro

9.2.1. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

9.2.2. Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da LUMI, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	23.443	21.593
Constituição da reserva legal	(1.172)	(1.080)
Base de cálculo de dividendos	22.271	20.513
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(7.271)	(12.662)
Dividendos intermediários	(15.000)	(7.851)
Saldo de lucros acumulados	-	-

10. Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$21 em 31 de dezembro de 2019 (R\$26 em 31 de dezembro de 2018), sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2019, a LUMI não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional bruta	31.997	26.684
Deduções da receita operacional	(2.391)	(2.026)
PIS	(207)	(174)
COFINS	(959)	(801)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(831)	(694)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(266)	(250)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(128)	(107)
Receita operacional líquida	29.606	24.658

12. Receitas e despesas financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras	509	628
Receita de aplicações financeiras	441	599
Juros ativos	15	29
Outras receitas financeiras	53	-
Despesas financeiras	(132)	(82)
Juros sobre arrendamento mercantil	(11)	-
Variação monetária	(113)	(78)
Outras despesas financeiras	(8)	(4)
Resultado financeiro líquido	377	546

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurada com base no regime de lucro presumido e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	31.997	31.997	26.684	26.684
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	2.560	3.840	2.135	3.202
Receitas financeiras	509	509	628	628
Base de cálculo	3.069	4.349	2.763	3.830
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	742	391	667	345
Imposto de renda e contribuição social	742	391	667	345
Imposto de renda e contribuição social correntes	679	357	677	349
Imposto de renda e contribuição social diferidos	63	34	(10)	(4)

A LUMI possui antecipação da tutela garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

14. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, a LUMI não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados como valor justo por meio do resultado. Contas a receber da concessão é classificado como ativo contratual pelo custo amortizado.

Fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Hierarquia do valor justo

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A LUMI classifica os saldos de caixa e equivalentes de caixa como nível I.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da LUMI podem ser assim identificados:

- Risco de crédito - a LUMI mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a LUMI mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) e também com cláusula de garantia bancária;
- Risco de preço - as receitas da LUMI são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.
- Risco de liquidez - a principal fonte de caixa da LUMI é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão (DIT) é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da LUMI não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

15. Benefícios à empregados

A LUMI oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.